

O MARAGATO BEDUÍNO: ASPECTOS DA ESCRITA DA HISTÓRIA DE MANOELITO DE ORNELLAS (1948)

THE BEDUINE MARAGATO: ASPECTS OF THE WRITING OF THE HISTORY OF MANOELITO DE ORNELLAS (1948)

Pâmela Cristina de Lima¹

RESUMO

Escrevendo em um momento de transição dentro do IHGRGS, e atuando como expoente da nova vertente regionalista deste, Manoelito de Ornellas traçou um paralelo entre o habitante do Rio Grande e o beduíno, atendo-se principalmente a elementos culturais destes. No presente artigo, buscamos analisar como o autor, por meio de sua escrita da história, concebe as influências dos beduínos na formação do gaúcho, atendo-nos aos caracteres psicológicos e culturais.

PALAVRAS-CHAVE: beduíno, historiografia, gaúcho.

ABSTRACT

Writing at a time of transition within the IHGRGS, and acting as an exponent of its new regionalist strand, Manoelito de Ornellas drew a parallel between the inhabitant of Rio Grande and the Bedouin, focusing mainly on their cultural elements. In the present article, we seek to analyze how the author, through his writing of history, conceives the influences of the Bedouins in the formation of the gaúcho, paying attention to the psychological and cultural characters.

KEYWORDS: Bedouin, historiograph, gaúcho.

1. ESTUDOS FOLCLÓRICOS: DE MARGINAL À BUSCA POR LEGITIMAÇÃO – INTRODUÇÃO

O Rio Grande acompanhou, na década de 1920, o surgimento do Instituto Histórico e Geográfico de Rio Grande do Sul (IHGRGS). Antes de nos atermos às questões que tangem à sua fundação, destacamos a existência, desde 1838, do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro

¹ Graduanda do curso de Licenciatura em História da Universidade de Passo Fundo em Rio Grande do Sul. Este artigo é vinculado ao projeto de pesquisa “Os sentidos da Farroupilha: entre a poética, a epistemologia e o agir”, ligado ao PPGH-UPF, linha “Cultura e Patrimônio” e ao Núcleo de Estudos de Memória e Cultura (NEMEC-UPF) sobre coordenação do professor Dr. Fabrício Antônio Antunes Soares.
E-mail: 174267@upf.br.

(IHGB), cuja atuação antecedeu a produção intelectual do referido Instituto sulino. Os escritos produzidos pelos intelectuais do Instituto brasileiro, dado seu contexto de afirmação, representaram um esforço institucionalizado em torno das disputas pelo passado nacional. Tal tendência teve início logo após o período de independência, a partir do qual foi iniciado um processo de escrita pautado em projetos à nação que conheceu há pouco seu processo de emancipação (OLIVEIRA; GONTIJO, 2016). A constituição da nacionalidade foi um dos principais ideais que estiveram arraigados à fundação do IHGB. Assim,

O reduto intelectual se propunha a reunir as condições indispensáveis à posterior escrita de uma história pátria. Tal objetivo, adequando-se às demandas de um Estado recém independente e que corria o risco da fragmentação, fez com que o Instituto procurasse, fornecer todo o aparato acadêmico para forjar suas tradições, àquela altura indispensáveis à construção da nação. O IHGB foi, assim, moldando e direcionando suas atividades no sentido de articular a formação da nacionalidade em um Estado carente de unidade. Através de sua Revista, difundia um discurso coerente, em consonância com os limites impostos pelo compromisso que seus fundadores haviam firmado com o ideal monárquico desde os tempos da independência. Nessa perspectiva, como mais um dos sustentáculos do Império que se afirmava, arquitetava a história, de modo que sua divulgação pelas províncias servisse à disseminação do espírito de pertencimento a uma identidade comum (DIAS, 2010, p. 176).

Consideremos o contexto de produção intelectual no qual o IHGB foi fundado.² Conforme explicitado na citação acima, o período imediato à independência foi marcado pelo desejo de coesão, ou seja, pelo ideal de manter as províncias unidas sob o todo imperial. A circulação da Revista do Instituto brasileiro, neste sentido e com ele corroborando, esteve funcionando como um instrumento suscitador desta ideia de nacionalidade e pertencimento, uma vez que nela eram publicados os textos dos intelectuais do IHGB, escritos estes que tinham como eixo transversal os já mencionados aspectos de busca de uma “história-pátria”, calcada em suscitar origens comuns como forma de fomentar, em meio aos provincianos, o sentimento de pertencer ao todo nacional. Em síntese, a escrita da história feita pela IHGB foi marcada transversalmente pela ideia de desencadear em meio aos “brasileiros” de todas as regiões um espírito de “nacionalidade”, de identidade comum. Entender este processo do Instituto brasileiro se faz importante à nossa análise, uma vez que fora esta instituição que lançara as bases dos ideais que viriam a nortear, posteriormente, o Instituto sulino.

² É preciso entender que neste contexto de emancipação estavam ainda presentes, em meio à elite governante, os vários ocorridos de cunho emancipatório, que antecederam o processo de transição que culminou no Império. Ou seja, a série de revoltas (Inconfidência Mineira – 1789, Revolta dos Alfaiates – 1798, Revolução Pernambucana – 1817, etc.) suscitava nos representantes do “Estado” o desejo (e, de seu ponto de vista, a necessidade) de manter um todo que se sentisse pertencente à totalidade. Assim, temos as premissas básicas da escrita da História que viria a ser preconizada pelo IHGB. Sobre este contexto de movimentos emancipatórios, ver GOMES, 2007.

Na década de 1920, conforme já mencionado, é fundado o Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul (IHGRGS). Não obstante, a escrita da história dos intelectuais deste Instituto se pauta em parâmetros semelhantes ao de seu “antecessor” a nível nacional. Mantém-se a ideia de “criar” e evocar uma identidade, estimulando-se fortemente a ideia do “eu e o outro”. No caso da historiografia sul-rio-grandense da década de 1920, o “outro” vem a ser o *povo* platino, sendo o “antiplatino” uma marca recorrente na escrita da história dos membros do Instituto.

Nega-se a influência platina na história do Rio Grande do Sul, nega-se qualquer semelhança cultural com a região do Prata. Isso torna-se necessário, pois a geração de 1920, querendo nacionalizar a história sul-rio-grandense, expurga qualquer elemento não nacional de uma genealogia histórica. E o Prata, o outro, torna-se o inimigo que poderia corromper a brasilidade dos rio-grandenses, por isso foi preciso, ao se mostrar para o Brasil, negar o Prata no passado do Estado. (SOARES, 2016, p. 177).

Nas décadas de 1920 e 1930, além deste ideal predominante de diferenciar o sul-rio-grandense dito “gaúcho”, o Instituto sulino também produziu escritos permeados de carga política, no sentido de que na escrita da História estavam implícitos jogos de poder e legitimação. É necessário perceber que a produção historiográfica do período é efetivada num contexto de movimentação política intensa. Cabe lembrar que estavam acontecendo movimentos no sentido de se garantir e legitimar a posse do cargo de presidente do Brasil a um “gaúcho”, Getúlio Vargas. Ora, se o IHGRGS corroborara com a ideia de um Rio Grande pertencente e identificado ao todo nacional, em nada surpreende que sua escrita da história tenha conhecido, em meio a este contexto, caracteres de legitimação e afirmação. Assim, foi traçado um paralelo entre a dita Revolução de 1930, que levou Vargas ao poder, e uma ocorrida há praticamente um século antes, a Farroupilha (1835 – 1845). Incitar o caráter “abrasileirado” do ocorrido de 1835 dava ensejo ao processo de legitimação do processo de 1930. Uma das ideias, neste sentido, era demonstrar a afeição dos “gaúchos” ao todo nacional, abrasileirando-se a Farroupilha e negando qualquer intenção de separatismo entre seus preconizadores (GUTFREIND, 1992). Assim, percebia-se uma forma cíclica de se pensar a história: um gaúcho (Vargas) estava apto a assumir o cargo de presidente porque há gerações o Rio Grande se sentia brasileiro; o ato de “sentir-se brasileiro”, por sua vez, vinha de outra revolução (a Farroupilha), que já havia *provado* o quão identificados ao todo sentiam-se os farrapos; estes últimos, sendo gaúchos, eram imbuídos do sentimento de pertencimento, que era “passado” a outras gerações, chegando até Getúlio Vargas.

Em meio a estas *bandeiras* hasteadas pelo IHGRGS, no que tange à sua forma de escrever e conceber a História, Martins (2015, p. 143) fala em termos da aquisição de uma “fala autorizada” do Instituto sulino frente ao Estado, demonstrando seu reconhecimento.

O trabalho de emitir pareceres, que se tornaria mais frequente a partir de meados da década de 1930, atesta a confirmação de uma posição de reconhecimento público do estado, em diferentes esferas, da legitimidade ou autoridade intelectual do IHGRGS em relação à história rio-grandense e ao espaço de poder local. Portanto, foram necessários quinze anos de atividades para que a legitimidade do Instituto se impusesse de tal forma que o estado passasse a recorrer ao Instituto em relação a assuntos que dependiam do conhecimento histórico. Ou seja, de certa forma, a relação se inverte. O estado passa a depender do IHGRGS, que era quem detinha, a esta altura, o poder legítimo de arbitrar sobre o passado sul-rio-grandense. Isso equivale a dizer que o Instituto passou a ter a prerrogativa de emitir juízos históricos e dizer o que era “verdadeiro” ou “falso” em questões da história local. Seu grau de legitimidade atingiu o máximo a partir de então. A fala autorizada do Instituto produzia a “verdade” ou a “história oficial”, com a chancela das diferentes esferas do estado.

Assim sendo, o Instituto sulino conseguiu legitimar-se na década de 1930 e, a partir de então, funcionou com o poder de escrever a História e ter sua versão tomada como oficial. Os assuntos que tangiam ao conhecimento histórico eram por ele abordados, tendo como premissa as características anteriormente explicitadas, ou seja, a ideia de suscitar a identidade do Rio Grande com o todo (“eu e o outro”) e, ainda, o cunho político-legitimador (Vargas na presidência do Brasil). Porém, esta versão do *historiar* não conquistou os pares de outras regiões. Está escrita marcadamente elitista não foi suficiente para alçar os intelectuais gaúchos (nem seus escritos e concepções) aos holofotes nacionais.

Na década de 1940, se conhece uma nova vertente dentro do Instituto, motivada por fatores externos. Na região Nordeste do Brasil, a obra *Casa Grande e Senzala*, de Gilberto Freyre, adquiriam espaço por estar voltadas à cultura popular. Ou seja, fora do Rio Grande não havia mais espaço para esta historiografia legitimadora, o que fez com que os intelectuais do IHGRGS buscassem adaptação frente ao novo quadro, com vistas a ser reconhecidos (e legitimados) frente aos pares. Neste momento, se parte para uma revalorização do regionalismo, sob o espectro da cultura folclórica. Martins (*op. cit.*, 2015, p. 233) sintetiza muito bem as características deste período dentro do IHGRGS.

Essa reconversão (ou ampliação da identidade profissional) de alguns intelectuais da História para o Folclore cumpriu um importante papel: serviu de instrumento de luta por legitimidade profissional para os historiadores-folcloristas que discordavam da opinião do grupo dirigente do IHGRGS, através da legitimação disciplinar do Folclore. Esse grupo “dissidente” percebeu que a História, bem como o espaço legítimo de sua produção no estado – o IHGRGS –, tornou-se um campo dentro do qual havia pouco espaço para vozes discordantes, pois achava-se dominado por um grupo de historiadores conservadores, cujo maior representante àquela altura era Othelo Rosa, secundado, depois, por Moysés Vellinho. Aquela reconversão implicava a luta para dar ao Folclore o status de “ciência”, tornando-o apto a competir com a História pela atribuição de definir os critérios legítimos do regionalismo. Ao passo que era, também, a luta pela autoridade e competência “científica” dos estudiosos do Folclore. Estava subjacente a esse processo a atualização e reabilitação da imagem profissional dos intelectuais rio-grandenses, munidos de ferramentas “mais modernas” que as da História (tal como praticada no Rio Grande do Sul), emprestadas pelas Ciências Sociais.

Assim, estes historiadores-folcloristas procuraram incorporar o estudo do linguajar e ditos populares, tradição oral e lendas, vestimentas e indumentárias, costumes populares e religiosos, superstições, estudos sobre índios e negros, etc. como objetos de suas pesquisas. Desnecessário dizer que todos estes temas eram menosprezados dentro do estudo da história tal como praticada no IHGRGS, à época. A ênfase na “hagiografia política”, dominante na historiografia do IHGRGS, desde os anos 1920, contribuiu para que o interesse intelectual pelo “povo” ficasse na órbita da arte literária.

É neste momento de “transição”, ou seja, quando os intelectuais voltam seus esforços de pesquisa e produção a uma escrita menos elitista e mais atenta aos aspectos populares, que Manoelito de Ornellas surge dentro do Instituto sulino como expoente. O autor teve atuação significativa ao encabeçar os estudos do regionalismo e do Folclore, em detrimento a outro grupo do IHGRGS, cujo expoente era Moysés Vellinho,³ que mantinha, ainda, aspectos conservadores em seu *historiar*. Em 1948, escreve *Gaúchos e beduínos: origem étnica e a formação social do Rio Grande do Sul*.⁴ Cabe frisar que

No contexto de produção e publicação da obra (década de 1940), tais disputas pela memória coletiva legítima tomaram novos rumos, distintos daqueles nascidos e defendidos pelos intelectuais envolvidos na fundação do IHGRS e do “discurso oficial”. Tanto a história disciplina, quanto os atores sociais envolvidos mudaram. Manoelito de Ornellas e sua obra inserem-se no âmago desse processo, principalmente por manter estreitas relações com dois importantes novos protagonistas: o movimento folclorista e o Movimento Tradicionalista Gaúcho (MTG) (THESING, 2014, p. 404).

Além das “dimensões folclóricas” que os escritos de Ornellas tomam, o autor também quebra, de certa maneira, com o paradigma da unicidade étnica, que se fez presente em momentos anteriores do Instituto sulino. Ao invés de escrever orientado pelo viés do “aportuguesamento”, Ornellas toma outros tipos étnicos participantes na *formação*, como o espanhol e o indígena. Ou seja, o autor parte do pressuposto da multiplicidade étnica em suas concepções e em sua escrita.

Percebemos, assim, que Ornellas esteve inserido em um contexto de *mudança*, no que tange à produção historiográfica. Este contexto influenciou tanto em suas percepções e considerações sobre os objetos dos quais tratou, quanto na escrita que produziu, ou seja, em suas obras. Esta relação, que engloba contexto, autor e obra, Skinner (1996) denomina *contextualismo linguístico*.⁵ É fundamental compreendermos o contexto e a atuação de Ornellas neste novo cenário historiográfico, uma vez que estes formam o *lugar* de onde o autor escreveu. Além disso, é

³ Vellinho, em sua escrita da História, seguiria primando pela admissão do elemento português como colonizador, bem como pela ideia de “antiplatínismo” referida mais acima. Assim, foi um dos representantes do grupo do IHGRGS que, mesmo em meio às novas tendências de escrita, manteve um tom conservador. Sobre o tema, ver GUTFREIND, *op. cit.*

⁴ A obra teve três edições. As outras duas foram em 1956 e 1976, nas quais se percebe certo aprofundamento nas abordagens, além de mais concisão no que tange à documentação (THESING, 2015).

⁵ Sobre aspectos desta relação, ver SOUZA, 2008.

preciso considerar sua filiação ao IHGRGS, pois este era a *instituição* que, de certa maneira, influía na maneira de o autor conceber a História. Lugar e instituição, assim, são fundamentais à compreensão da *operação historiográfica* (CERTEAU, 1982) produzida por Ornellas.

No período em que Ornellas iniciou suas produções no IHGRGS, a agremiação passava por um momento de transição. A década de 1940 marca uma escrita da história voltada à cultura popular, e não mais ao cunho predominantemente político de antes. Ornellas fora expoente nesta “transição”, atendo-se ao estudo folclorista, ou seja, da cultura popular, conceito que entendemos como um conjunto de manifestações, hábitos, religiosidade e costumes, por exemplo, calcados na ideia de tradição, ou seja, de *ser típico*.⁶ Por meio do presente trabalho, buscamos perceber como o conceito de cultura popular se fez presente na escrita de Ornellas. Tomamos como objeto a análise que o autor faz em relação ao beduíno, no segundo capítulo de *Gaúchos e beduínos* 1948. Partimos, portanto, do *lugar* de produção de Ornellas (membro do IHGRGS, vinculado ao dito movimento folclorista) para entender suas concepções e a importância por ele atribuídas aos aspectos culturais e psicológicos dos beduínos.

2. O BEDUÍNO E AS BASES DO PARALELO PSICOLÓGICO COM O GAÚCHO: TRÊS ANALOGIAS

Ao iniciar o capítulo que trata das questões relativas ao beduíno, Ornellas já demonstra as vias que viria a percorrer ao longo do mesmo e, ainda, qual seria o tema que se tornaria transversal no decorrer de seu texto: por meio do paralelo traçado entre o beduíno, nômade do deserto arábico e o gaúcho, habitante do Rio Grande do Sul, o autor passa a trabalhar a ideia do segundo como “resultado” de *remotas influências* do primeiro. Ou seja, a partir de então o que se percebe são afirmações e justificativas que redundam em torno deste paralelo, demonstrando ambos os *tipos* sociais como substancialmente interligados, relacionados, no sentido de que um (o gaúcho) teria traços marcadamente pertencentes a outro (o beduíno). Assim, Ornellas introduz a ideia do gaúcho como relacionado ao beduíno, “tese” que viria a ter papel norteador em sua escrita da história. Essa importância atribuída ao beduíno, no entanto, não teria sido preconizada pelo autor, conforme o mesmo coloca:

Intuitivamente ou por mero efeito expletivos, sociólogos e estudiosos da pampa e do campeiro aludiram à semelhança do gaúcho com o homem do deserto. Vamos

⁶ “[...] a ligação que a tradição estabelece entre o passado e o presente é mais complexa do que poderia parecer à primeira vista: se as *tradita* são permanências do passado, elas existem *no presente*, onde desempenham normalmente a função de emprestar sua chancela de autoridade a atos *do presente*” (CASTRIOTA, 2014, p. 3. Grifo do autor).

encontrá-la, agora, mais próxima da verdade, pela investigação da história e o amparo da ciência (ORNELLAS, 1948, p. 61).⁷

Assim, em meio a outros intelectuais que já referiam ao tema, Ornellas “se propõe” uma maior aproximação à verdade no trato do assunto, ou seja, das relações entre gaúchos e beduínos. O autor prossegue sua argumentação desenvolvendo uma espécie de “explicação sintética” acerca do beduíno. Nela, Ornellas traz os principais elementos beduínos, em sua concepção, que tangem a aspectos de seu modo de vida, sobretudo. Tal estratégia “expositiva”, digamos assim, adquire função de demonstrar um tipo social adaptado. O autor se preocupa com a caracterização do beduíno, tornando explícito seu modo de vida nômade, diferenciando-o de alguém que esteja *ao léu*, migrando sem sentido.

O *Beduíno* não é um cigano que vague, sem sentido, pelo simples prazer de vagar. Ao contrário, representa a melhor adaptação da vida humana às condições do deserto. Onde quer que brotem as pastagens, no oásis, que é o fluir da água aprisionada ao seio da montanha, ali vai o beduíno à procura de pousada. O seu nomadismo é uma maneira de viver tão natural quanto o é o industrialismo em Manchester. É a forma razoável e estoica de adaptar-se a um ambiente inóspito [...] (ORNELLAS, 1948, p. 61).

Assim, portanto, o beduíno seria o povo do deserto por excelência, uma vez que adquirira a capacidade de se adaptar mesmo em meio ao ambiente inóspito que configurou o tipo de ambiente predominante em seu local de origem (a Península Arábica). Percebemos, neste trecho, uma primeira analogia do autor no que tange ao gaúcho e ao beduíno: onde houvesse pastagens, e recursos hídricos, o beduíno seria capaz de adaptar-se. Logo, Ornellas lança as bases de uma “facilidade de adaptação” que este último teria em solo rio-grandense, dotado de pastagens (o pampa, “deserto verde”) e água (os rios e lagoas). Além disso, a capacidade de adaptação do beduíno é “transversalizada” no nomadismo, uma vez que esta era a maneira de vida deste tipo social, sendo *tão natural* quanto uma grande cidade ser industrializada.

O nomadismo também é tratado como uma maneira *razoável e estoica* de conseguir se adaptar em um ambiente. Ou seja, constitui uma forma de se adaptar ao meio permanecendo estoico, no sentido de se manter fiel a seus princípios. Ornellas, deste modo, lança um segundo ponto de analogia: a adaptação a um novo local, sem, no entanto, deixar de lado suas crenças e valores. Assim, estão lançadas as bases da permanência da cultura beduína junto ao gaúcho: conforme veremos no decorrer deste trabalho os primeiros, ao migrarem para a região meridional

⁷ Dentre os vários intelectuais que Ornellas cita, que assim como ele estudaram as possíveis relações entre gaúchos e beduínos, está Euclides da Cunha, escritor e jornalista brasileiro, cuja obra citada por Ornellas foi *Os sertões* (1940). O ponto ao qual o autor se atém, neste caso, está relacionado à menção que Cunha faz às *festas de cavalhadas e mouramas*, que Ornellas interpreta como um relato da preservação de hábitos culturais mouros em território brasileiro. Tal premissa é usada como uma das justificativas que demonstram a presença da cultura moura em solo brasileiro.

da atual América do Sul, o fizeram de maneira *estoica*, preservando sua moral e princípios, conforme a interpretação do autor.

Ornellas prossegue seu texto enumerando as mais variadas características do beduíno. O autor ressalta muitos aspectos da mentalidade e psicologia deste povo nômade, como a questão de não admitirem relações de desigualdade em sua sociedade. Ele coloca, ainda, que nem os detentores de maiores riquezas sentem-se, por isso, com um maior *status* público, uma vez que o fato de possuir bens não era de tamanha importância, ou seja, não era concebido como um objetivo, assim digamos. Ornellas cita, ainda, um certo sentimento de superioridade: “se julgam superiores não só aos seus escravos e aos artesãos [elementos exteriores a sua tribo] senão a todos os homens de outras raças”. Assim, aparece uma terceira analogia: se, mais adiante, é narrado por Ornellas um gaúcho corajoso e bravo, orgulhoso de si, muito deste sentimento tem origem com a cultura beduína, que assim se sente em relação a si mesma. Tal “caráter de bravura”, que se refere ao beduíno, é introduzido de maneira explícita:

O árabe [beduíno] coloca acima da própria vida a prosperidade, a glória e a honra da comunidade que o viu nascer e que o verá morrer. Não é um sentimento semelhante ao nosso patriotismo que ao beduíno pareceria frio e inexpressivo. É uma paixão violenta e terrível e ao mesmo tempo o primeiro e o mais sagrado dos deveres – a verdadeira religião do deserto. Por sua tribo, o árabe está sempre pronto a todos os sacrifícios. Comprometerá sua vida nessas empresas arriscadas em que somente a fé e o entusiasmo são capazes de realizar portentos (ORNELLAS, 1948, p. 62 – 63).

Portanto, na interpretação do autor, o sentimento de nacionalismo que o gaúcho desenvolvera no decorrer do tempo não se compara ao sentimento de *pertencer* que o beduíno desenvolvera em relação a sua gente, sua tribo. Ele era, assim, aquele que estava sempre pronto à defesa de sua tribo, mobilizando todas as suas forças em prol do “bem comum”, assinalado por Ornellas como *prosperidade, glória e honra*. Por meio desta maneira de agir, conseguiam efetivar seus *portentos*, ou seja, prodígios, coisas extraordinárias pelo grupo e frente a este.

3. A INSERÇÃO DO BEDUÍNO NA PENÍNSULA IBÉRICA E A FORMAÇÃO DO MARAGATO

A chegada dos beduínos à região ibérica constituiu um processo, conforme Ornellas. A tese lançada e desenvolvida é a de que contingentes beduínos teriam ingressado junto aos exércitos muçulmanos, de *Mahomet*, quando do período de ocupação da Península Ibérica pelos

árabes.⁸ O autor argumenta que, às margens do Nilo, havia se desenvolvido há muito uma localidade chamada Maraghat. Desta tribo, teriam vindo os povos nômades beduínos que chegaram à Península Ibérica quando do momento de expansão islâmica.

A conclusão é lógica e irrefutável. Das hostes aguerridas do Islã, das mais variadas origens da Arábia que penetraram a Espanha sob os estandartes de Maomé, também partiram contingentes dessa pequena província [Maraghat] nascida às margens fecundas do rio sagrado que é toda a história do Egito (ORNELLAS, 1948, p. 66).

É importante perceber que Maraghat, conforme o autor discorre, esteve às margens do Nilo, “berço” da civilização egípcia. Esse meio, para Ornellas, influenciou na formação das *raças* ali estabelecidas. A título de exemplo, citamos as referências feitas aos egípcios, nas quais o local onde estiveram se fez importante. As margens do Nilo, com solo e clima peculiares, fizeram com que o povo egípcio adquirisse caracteres de individualidade, ou seja, peculiaridades, sendo *fiel a si mesmo*. Lembramos que essa “fidelidade” a seu povo fora exaltada, também, no beduíno, provindo de Maraghat, conforme colocamos antes. Portanto, percebemos uma analogia entre o local de desenvolvimento (margens do Nilo) e caracteres psicológicos do povo que ali habitava (beduínos e egípcios).

As influências culturais beduínas, na visão de Ornellas, teriam sido percebidas na Península Ibérica. O autor narra um processo de *arabização* da linguagem e *islamização* da religião, ou seja, da inserção de aspectos culturais beduínos em solo europeu. A partir desta afirmativa, o autor dá início à ênfase de características dos beduínos, que vão do âmbito científico (álgebra, por exemplo) ao cultural, sobretudo (mosaicos, arabescos, religião, mesquitas, livros sagrados...). No decorrer do texto, o autor cita estudiosos que teriam se debruçado sobre o tema do beduíno, chegando à conclusão de uma parecença acentuada com os berberes, pautada sobretudo na forma de suas habitações e no seu vestuário. Além disso, Maraghat adquire *status* apenas de “berço” dos povos beduínos, mas a etimologia do vocábulo maragato teria outra origem: a Maragateria, região pertencente à Província de León. É importante considerarmos esta conclusão uma vez que, para Ornellas (1948, p. 71)

As velhas raízes cristãs dos berberes fizeram-nos rebeldes, diante do poder do Emirado de Córdoba [local independente na Península Ibérica quando da conquista muçulmana]. E daí, talvez, suas lutas consequentes com outros povos da Arábia, disseminados pelo

⁸ Para contextualizar, frisamos que a ocupação árabe teve início em 711, quando um berbere, juntamente com seu exército, obtém vitória frente a Portugal e Espanha, instaurando um califado conhecido com El-Andaluz. “Ela [ocupação] foi longa na duração e rápida na conquista. Os mouros precisaram de menos de uma década para dominar a região – que permaneceria sob seu controle durante quase oito séculos. A invasão começou em 711 e três anos depois já dominava a maior parte do território da península Ibérica, para terminar definitivamente apenas em 1492” (NAVARRO, 2018, artigo de website).

sul da Espanha. Escaparam, dessa forma, às vindictas armas de Castela e Aragão contra os Mouros [...]. [...] foram eles que salvaram o cristianismo ocidental, com suas rebeldias civis e que reduziram à impotência os conquistadores mouros da Península.

Ornellas apresenta o maragato como *avoengo* do berbere, ou seja, como herdeiro, no sentido de este último ter sido seu “elemento formador”. Portanto, a procedência maragata seria berbere (logo, beduína), tese está “confirmada” pelo “exame antropométrico”, que elencou dados de indivíduos berberes e maragatos (ou seja, da região da Maragateria, em León), demonstrando por meio de dados físicos (como o “diâmetro anteposterior máximo”) as semelhanças. Ou seja, por meio de dados “científicos”, dentro das condições do período, se atestou o maragato como provindo dos povos berberes.

Passados os conflitos, o maragato teria se estabelecido em solo peninsular, mais precisamente em área espanhola. Assentados em áreas pouco férteis, foi-lhes exigida, por meio das circunstâncias, a busca por novas atividades. Sua *velha índole nômade*, provinda dos beduínos (seu elemento “formador”), fizera com que se dedicassem a atividades não sedentárias, como a de mensageiros. É atribuído um papel de grande importância, uma vez que por meio deste ofício os maragatos propiciaram a ligação de distintas cidades por via comercial e social. É mencionado o uso das tropas de mulas, o que é uma forma de remonte a vida que os antepassados deste grupo levavam em meio ao deserto. Assim, Ornellas retoma a ideia de estoicidade desenvolvida anteriormente: mesmo sendo um novo tipo social, o maragato conserva parte da cultura de seu povo. Assim, o maragato constituiu “um nódulo distinto no meio da população leonesa” (ORNELLAS, 1948, p. 78).

Assim, sinteticamente, é possível perceber um beduíno cujas origens remontam ao Nilo, berço dos egípcios. A importância dessa analogia, em nossa interpretação, está no fato de Ornellas demonstrar o território, o meio, como influente. Outro ponto de destaque tange à inserção dos beduínos na Península Ibérica, participando ativamente da expansão islâmica. Um terceiro ponto é o paralelo entre o beduíno e o berbere, demonstrando seus traços de parença por meio de elementos culturais, a exemplo da vestimenta. Ao traçar este paralelo, o autor demonstra um *maragato* que provinha do berbere (beduíno). Além disso, dado o período de estabelecimento dos *maragatos* demonstrou sua importância, sua capacidade de adaptação e, para Ornellas, teria marcado suas influências em solo ibérico.

4. AS INFLUÊNCIAS MARAGATAS NA PENÍNSULA IBÉRICA: VIÉS CULTURAL

Depois de já caracterizados os traços psicológicos do beduíno, sua atuação na conquista muçulmana e, ainda, sua contribuição fundamental à constituição do maragato, partindo em ambos os casos da escrita da história de Ornellas, nos atemos agora às questões culturais, que tangem às “marcas” deixadas pela cultura beduíno-maragata em solo ibérico. É importante reiterar que o conceito transversal da escrita de Ornellas foi a cultura, mas, neste caso específico, a forma como os traços culturais permanecem, no sentido de tradição. Este viés é perceptível pela valorização que o autor confere às permanências culturais: “são ainda os berberes antigos; usam a cabeça raspada, com uma mecha de cabelo na parte posterior, falam uma linguagem que não é bem castelhana, têm uma pronúncia dura, lenta e arrastada, e são geralmente arrieiros-nômades” (MARTINS *apud* ORNELLAS, 1948, p. 78).

É citada, também, a importante influência beduína nos ambientes urbanos. O autor traz os casos de Silves e Algarve. A primeira teria sido notável na época de domínio muçulmano; a segunda, teria conhecido predomínio beduíno. Ambas, por isso, viviam de uma certa “magia”, ou seja, dos áureos tempos de predominância muçulmana, de seu *velho esplendor*.

Silves foi sobretudo notada no tempo dos árabes. Como todo o Algarve ela vive dessa magia que apresenta sempre novos fulgores. E de tal maneira Silves e Algarve vivem de seu velho esplendor que é quase impossível invocá-los senão dentro da época de fausto e grandeza muçulmânicas [*sic.*]. A indumentária do algarvio, tão semelhante às vestimentas das velhas tribos berberes, a forma de selar o cavalo e o uso preferido da *cordeona* lembram as maneiras árabes que são, ainda, as maneiras do espanhol. Como o árabe, troca, facilmente, o *b* pelo *v*. para as populações de Silves e Algarve tudo quanto tenha a marca do tempo é mourisco (ORNELLAS, 1948, p. 79).

Assim, sobretudo por meio de elementos culturais de influência beduína, Ornellas demonstra profundas marcas deixadas pelos muçulmanos. Ainda tangendo a Silves, é enfatizada a fala de uma *língua árabe pura*. Por ter sido marcadamente influenciada pelos beduínos, esta cidade conheceu habitantes eloquentes, poéticos e hospitaleiros, bem como generosos. Por todas estas influências, importantes e decisivas ao ver do autor, é discorrido que “a história da Espanha sarracena é a própria história do Algarve, o que significa dizer que Portugal, como a Espanha, sofreu, identicamente, as profundas irradiações da cultura islâmica” (ORNELLAS, 1948, p. 81). Ou seja, se a Espanha sofreu influência direta pelo fato de a Maragateria estar em seu território, Portugal a recebe em função de, mais tarde, ter o Algarve como possessão, tendo este fato incidido diretamente por meio dos contatos entre ibéricos e algarvios.

Ainda tratando o tema das influências, mas direcionando a escala de análise para Portugal, Ornellas recorre novamente a Gilberto Freyre como forma de demonstrar a importância do beduíno e do maragato, em Portugal, como força de trabalho. Freyre, em *Casa Grande e Senzala* (1946, *apud* ORNELLAS, 1948), destaca o uso do verbo *mourejar*, provindo etimologicamente do vocábulo *mouro*, como sinônimo de trabalho duro. Então, além da contribuição cultural, que remonta às tradições, astronomia, arquitetura, linguagem e religião, se conhece também um lado *prático*: a contribuição do beduíno como lavrador e técnico, segundo o autor, incrementando a produção e, inclusive, atuando diretamente no desenvolvimento da cultura da cana-de-açúcar, posteriormente transposta para colônias portuguesas, constituindo-se como produto principal por séculos. No que tange à influência moura em Portugal, Ornellas discorre:

[...] Portugal estava na zona de influência direta do berbere. E os povos maragatos, por longo tempo, mantiveram exclusivo comércio com a Galícia [área ao noroeste da Espanha]. E tão íntimo foi este entrelaçamento, dos maragatos com os povos portugueses, desde o domínio árabe, que os maragatos, em seu dialeto, conservam uma inumerável quantidade de palavras que são comuns aos galegos e aos demais povos lusitanos da Península (ORNELLAS, 1948, p. 85).

Seguindo essa “linha linguística” de influências mouras em Portugal, Ornellas elenca muitos vocábulos de origem beduína que foram transpostos da região peninsular ao Rio Grande do Sul, como é o caso do vocábulo de exclamação *diacho*, “diájule” em língua maragata.

O “ponto-chave” de toda a argumentação desenvolvida pelo autor ao longo do capítulo onde trata das questões que tangem ao beduíno volta a ser delineado. Se, conforme demonstramos mais acima, Ornellas traça paralelos de cunho psicológico entre o gaúcho e o beduíno, agora o autor reitera tal ponto de sua escrita por meio da explicitação de sua intencionalidade: “nossa intenção, porém, foi a de salientar certas semelhanças de termos usados na Maragateria como nas campanhas do Rio Grande do Sul” (ORNELLAS, 1948, p. 88). Desta forma, inicia-se a parte final do capítulo a respeito dos beduínos, cujo elemento transversal passa a ser o paralelo por meio de analogias entre estes e o gaúcho, tendo como elemento balizador as ideias de cultura e tradição e, arraigada a estas, a noção de permanências de hábitos, costumes e valores.

5. DO NILO AO ALGARVE: CONCLUSÃO

Conforme explicitamos no início do presente artigo, tanto o ingresso de Manoelito de Ornellas, quanto sua produção intelectual dentro do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul, se dão em meio a um contexto de “transição”, do qual o autor fora expoente.

Reiteramos que, na década de 1940, a escrita da história feita no IHGRGS conheceu um viés folclórico em detrimento àquele político, preconizado pela elite de letrados deste Instituto. Assim, em linhas gerais, passou-se a escrever a história voltando-se às questões de cunho culturais, sobretudo populares. Tal movimento de ressignificação da escrita da história, conforme colocamos anteriormente, ganha contornos tradicionalistas, influenciados sobretudo pela escrita da história da região Nordeste do Brasil, que tomara para si as características acima citadas. Ou seja, a ideia de cultura popular se “transversalizou” na escrita da história a partir dos anos 1940.

Vimos, também, que o paralelo traçado entre gaúchos e beduínos se torna o ponto chave da escrita de Ornellas. É a partir desta ideia que o autor dá prosseguimento a seu texto, trabalhando com as “particularidades” beduínas, ou seja, caracteres, e conferindo sentido a estas por meio de *analogias*, conforme vimos acima. Tais analogias, em síntese, corroboram para o elenco de pontos de semelhança entre a cultura gaúcha e a beduína, nos mais variados aspectos.

Ornellas pontua, também, a inserção beduína na Península Ibérica, sua atuação de notória importância e, sobretudo, os traços lá deixados. São citadas as cidades de Silves e Algarve como expoentes destes traços que permaneceram. Assim, tanto no que tange ao paralelo com o gaúcho, quanto ao que diz respeito às influências beduínas em solo ibérico, percebe-se que o autor trabalha calcado na ideia de *permanência*, ou seja, de verificar e explicar “o que ficou do beduíno” tanto na Europa quanto no tipo social do gaúcho.

Se o povoado de Maraghat, no Egito, fora o berço de origem do beduíno/berbere, a Maragataria, em território hispânico (Reino de León), fora o local de nascimento do *maragato*, um tipo social diferenciado dos demais. Conforme o autor, os maragatos teriam “mérito”, sobretudo, por duas coisas: a) a formação da cultura gaúcha por meio de suas influências, o que é visto pelos exemplos de linguagem que o autor traz; b) pelo trabalho e técnicas, como o exemplo da cana-de-açúcar que Ornellas nos coloca. Ou seja, por meio de sua cultura e da capacidade que herdara de seus ancestrais beduínos/berberes, os maragatos dispunham de amplas habilidades, que de todo haviam sido úteis, e que, em solo sul-americano, representariam as *remotas influências* do povo gaúcho contemporâneo a Ornellas.

REFERÊNCIAS

CERTEAU, Michel. **A Operação Historiográfica**. In: _____. *A Escrita da História*. Rio de Janeiro: Forense-Universitária, 1982.

GUTFREIND, Ieda. *A historiografia rio-grandense*. Porto Alegre: Ed. da UFRGS, 1992.

ORNELLAS, Manoelito de. *Gaúchos e beduínos: origem étnica e a formação social do Rio Grande do Sul*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1948.

SKINNER, Quentin. *As Fundações do Pensamento Político Moderno*. São Paulo, Companhia das Letras, 1996.

REFERÊNCIAS DIGITAIS/PERIÓDICOS

CASTRIOTA, Leonardo Barci. *A questão da tradição: algumas considerações preliminares para se investigar o saber-fazer tradicional*. Fórum Patrimônio: ambiente construído e Patrimônio sustentável. Belo Horizonte, 2014, p. 1 – 15. Disponível em: http://www.forumpatrimonio.com.br/seer/index.php/forum_patrimonio/article/download/141/pdf. Acesso em: 31.ago.2019.

DIAS, Fabiana Rodrigues. *Polifonia e consenso nas páginas da Revista do IHGB: a questão da mão de obra no processo de consolidação da nação*. História da Historiografia: International Journal of Theory and History of Historiography, Ouro Preto, 2010, p. 175-188. Disponível em: <https://www.historiadahistoriografia.com.br/revista/article/view/118/149>>. Acesso em: 29 ago. 2019.

GOMES, Cristiana. *Independência do Brasil*. Infoescola, 2007. Disponível em: <https://www.infoescola.com/historia/independencia-do-brasil/>. Acesso em: 26.ago.2019.

MARTINS, Jefferson Teles. *O Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul e o espaço social dos intelectuais: trajetória institucional e estudo das redes de solidariedade (e conflitos) entre intelectuais (1920-1956)*. 2015. Tese (Doutorado em História) - Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2015. Disponível em: <http://tede2.pucrs.br/tede2/handle/tede/6302>. Acesso em: 22 ago. 2019.

OLIVEIRA, Maria da Glória de; GONTIJO, Rebeca. *Sobre a história da historiografia brasileira: um breve panorama*. Revista do IHGB, Rio de Janeiro, p. 13-38, 2016. Disponível em: https://drive.google.com/file/d/0BydR8nHYLc_KNmRwZnJ2VXdSULk/view. Acesso em: 29 ago. 2019.

SOARES, Fabrício Antônio Antunes. *Farrapos de estórias: Romance e historiografia da Farroupilha (1841 - 1999)*. Orientador: Jurandir Malerba. 2016. Tese (Doutorado em História) - Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto, 2016. Disponível em: <http://tede2.pucrs.br/tede2/handle/tede/6648>. Acesso em: 13 ago. 2019.

SOUZA, Vanderlei Sebastião. *Autor, texto e contexto: a história intelectual e o “contextualismo linguístico” na perspectiva de Quentin Skinner*. Revista de História e Estudos Culturais, dez/2008. Disponível em: http://www.revistafenix.pro.br/PDF17/ARTIGO_16_VANDERLEI_SEBASTIAO_DE_SOUZA_FENIX_OUT_NOV_DEZ_2008.pdf. Acesso em: 01/jun/2019.

THESING, Neandro. *Gaúchos e beduínos, de Manoelito de Ornellas, e as disputas em torno do passado sul-rio-grandense*. Oficina do Historiador, Porto Alegre, 2014. Disponível em:

<http://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/oficinadohistoriador/article/download/18990/12050>. Acesso em: 6/mai/2019.

_____. *Fronteira, identidade, essência: a busca das origens do Rio Grande do Sul em Gaúchos e beduínos, de Manoelito de Ornellas*. Dissertação (Mestrado em História). Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria, 2015.

Data de submissão: 14/09/2020

Data de aprovação: 05/05/2020